



SEGURANÇA PÚBLICA

# PL Antifacção dispara tensão entre Lula e Motta

Chefe do Executivo afirma que projeto aprovado pela Câmara altera pontos centrais do texto do governo e enfraquece combate ao crime organizado. Presidente da Câmara reclama de “inverdades” e diz que Executivo errou ao não compor com “união contra criminalidade”

» DANANDRA ROCHA  
» VICTOR CORREIA

A aprovação do PL Antifacção pela Câmara, na noite de terça-feira, deflagrou um embate entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Casa legislativa, Hugo Motta (Republicanos-PB). O Planalto sustenta que o relatório do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), avalizado pelos parlamentares por 370 votos a 110, distorceu o texto enviado pelo governo.

Nas redes sociais, Lula disse que “o projeto aprovado pela Câmara alterou pontos centrais do PL Antifacção”. “Precisamos de leis firmes e seguras para combater o crime organizado. Do jeito que está, enfraquece o combate ao crime e gera insegurança jurídica. Trocar o certo pelo duvidoso só favorece quem quer escapar da lei”, disparou o presidente.

Ele defendeu que haja “diálogo” e “responsabilidade” durante a análise do texto no Senado, e reforçou que a prioridade da gestão federal é fortalecer a Polícia Federal, ampliar a integração no combate ao crime e investir em ações de inteligência.

“É importante que prevaleça, no Senado, o diálogo e a responsabilidade na análise do projeto para que o Brasil tenha de fato instrumentos eficazes no enfrentamento às facções criminosas”, acrescentou.

Motta, por sua vez, rebateu as críticas, tanto de Lula quanto de parlamentares governistas. “Não se pode desinformar a população, que é alvo diariamente do crime, com inverdades. É muito grave que se tente distorcer os efeitos de um Marco Legal de Combate ao Crime Organizado, cuja finalidade é reforçar a capacidade do Estado na segurança pública”, postou nas redes.

O deputado defendendo a necessidade de união no enfrentamento à violência: “Não vamos enfrentar a violência das ruas com falsas narrativas. Precisamos estar unidos neste momento. O governo

Valter Campanato/Agência Brasil



Motta com Lula: presidente da Câmara criticou o governo ao dizer que “não se pode desinformar a população com inverdades”

optou pelo caminho errado ao não compor essa corrente de união para combater a criminalidade.”

O líder do PT na Casa, Lindbergh Farias (PT-RJ), rebateu Motta. Disse que “falsas narrativas (são) as críticas à aberração jurídica em seis versões apresentadas no relatório do Derrite”. Para o deputado, “o relatório asfixia financeiramente a Polícia Federal e fragiliza as operações da Receita Federal”.

Lindbergh afirmou que a escolha de Derrite, secretário licenciado de Segurança em São Paulo, para relatar o projeto abriu uma crise de confiança entre o Planalto e Motta.

“É claro que há uma crise de confiança. Todos sabem que o

presidente Lula reclamou muito, porque o projeto é de autoria do Executivo. Não é a primeira vez que isso acontece”, disse, após a votação.

## Discordâncias

Entre os pontos de discordância, está a definição sobre o destino dos bens apreendidos em operações contra facções. Segundo o texto aprovado, quando a investigação estiver sob responsabilidade estadual, o patrimônio apreendido ficará com o Fundo de Segurança Pública do estado, e não mais sob controle federal.

Para os governistas, esse desenho reduz a capacidade da Polícia Federal de estruturar

investigações complexas e enfraquece a ação federal no combate a organizações criminosas. Motta contestou: “O governo ficou contra o PL por questão eleitoral, pensando no impacto político da votação. Isso é um erro, porque vai contra o que a sociedade espera”.

Os governistas também contestam a mudança da tipificação penal de “facção criminosa” para “organização criminosa ultraviolenta”. Argumentam que já existe lei sobre organização criminosa, o que pode provocar insegurança jurídica. Outra reclamação é contra a mudança de procedimento para perdimentos de bens de empresas ligadas ao crime organizado.

O projeto seguirá para o Senado, onde será relatado por Alessandro

Vieira (MDB-SE). Motta admite que alterações podem ocorrer, mas diz que a análise deve ser técnica.

“Se o Senado trouxer alterações, vamos analisar com imparcialidade e moderação, sem apego a narrativas. Não há vitória da direita ou da esquerda. Há a vitória da sociedade, que quer um país mais seguro.”

Para a deputada Maria do Rosário (PT-RS), agora cabe ao Senado reconstruir o PL Antifacção enviado originalmente pelo governo. Em entrevista ao **Correio**, ela disse esperar que Vieira recupere trechos retirados por Derrite e devolva o caráter “republicano” da proposta.

“A nossa expectativa é de que o senador Alessandro Vieira consiga recuperar no texto os itens que foram retirados pelo



O projeto aprovado pela Câmara alterou pontos centrais do PL Antifacção que nosso governo apresentou. Do jeito que está, enfraquece o combate ao crime e gera insegurança jurídica. Trocar o certo pelo duvidoso só favorece quem quer escapar da lei”

**Luiz Inácio Lula da Silva,**  
presidente da República

relator na Câmara. O relator da Câmara optou por um caminho partidarizado.”

Já o líder do Novo na Câmara, Marcel Van Hattem (Novo-RS), disse ao **Correio** que os ajustes feitos na Casa fortaleceram o enfrentamento às organizações criminosas, às milícias e às facções que operam hoje com alto grau de violência. Ele espera que “o senador Alessandro Vieira mantenha os avanços que Derrite fez”. “O PL combate duramente as organizações criminosas ultraviolentas, as milícias privadas e as facções criminosas, aumentando penas, a exigência de permanência na cadeia de condenados e outros pontos de endurecimento da legislação penal”, destacou.

## NAS ENTRELINHAS



**Por Luiz Carlos Azedo**  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Banco Master e PL Antifacção deixam Lula e Hugo Motta em rota de colisão

A aprovação do PL Antifacção por 370 votos a 110, em meio à maior operação da Polícia Federal desde o início do governo Lula, pode ser um ponto de ruptura entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que estão em rota de colisão e trocam farpas pelas redes sociais. De um lado, uma derrota legislativa contundente em um tema tão sensível, a segurança pública, mostrou a fragilidade da base de apoio do governo na Câmara e pôs em xeque sua governabilidade. De outro, revelou o grau de infiltração do Banco Master no sistema político e financeiro, com ramificações que atingem diretamente o núcleo do Centrão que hoje comanda a Câmara.

Acaso ou não, a coincidência temporal dos fatos elevou a temperatura política em Brasília, que só não está mais aquecida por causa do feriadão desta quinta-feira, Dia da Consciência Negra, dedicado a

Zumbi dos Palmares. A semana foi curta, mas o suficiente para escancarar a deterioração acelerada da relação entre Lula e Motta. Por trás de tudo, segurança pública e escândalos financeiros se tornaram eixos de um conflito institucional mais profundo e de um divisor de águas eleitoral.

A crise do Master desmontou uma engrenagem de proteção política que vinha funcionando nos bastidores de Brasília. O controlador do banco, Daniel Vorcara, preso quando tentava embarcar em um jatinho para o exterior, investiu pesado na construção de blindagem institucional. Patrocinou eventos em Londres com a participação de autoridades e parlamentares influentes. Em Brasília, as digitais de Vorcara apareceram em iniciativas legislativas destinadas a fragilizar a autonomia do Banco Central, entre elas o requerimento de urgência do deputado Cláudio Cajado (PP-BA), porta-voz da ala do Centrão que

hoje trava guerra aberta contra o Planalto.

Quando a PF deflagrou a operação que levou à prisão de Vorcara, as reações na política foram imediatas. A revelação de que o banco movimentava cifras bilionárias de origem suspeita, recebia aportes de fundos de previdência estatais e mantinha relações com alvos da Operação Carbono Oculto acendeu todas as luzes de alerta no bloco União-PP, que domina a Câmara sob liderança de Hugo Motta. A percepção no Planalto é de que esse setor passou a ver a Polícia Federal como ameaça direta — o que ajuda a explicar o empenho de Motta em fortalecer um relator alinhado à oposição para o PL Antifacção: o deputado Guilherme Derrite (PP-SP).

A relatoria de Derrite foi o catalisador do conflito. O governo enviou ao Congresso um projeto calibrado, que endurecia penas e ampliava mecanismos de investigação, mas preservava competências federais. Derrite tentou redesenhar o texto em várias versões sucessivas: quis subtrair atribuições da PF, transferindo poderes para polícias estaduais; defendeu conceitos jurídicos que poderiam gerar brechas para líderes de facção; estimulou a redação de dispositivos que, na avaliação de técnicos do Executivo,

poderiam beneficiar criminosos. Para o Planalto, não se tratava apenas de divergências técnicas, mas de um movimento político organizado para enfraquecer a PF exatamente no momento em que operações sensíveis atingiam figuras centrais do Centrão e do mercado financeiro.

## Confronto aberto

Hugo Motta disse a que veio como presidente da Câmara ao conduzir esse processo. Foi ele quem cacifou Derrite como relator, a pedido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), seu correligionário, e ignorando olímpicamente as objeções do governo. Também mostrou capacidade de liderança e mão firme ao aprovar, a toque de caixa, uma versão que contrariava frontalmente os interesses do Executivo. A larga margem de votos na votação final — mais de 70% da Casa — desnudou o isolamento do governo e a força da articulação conduzida por Motta.

Para o Palácio do Planalto, o presidente da Câmara assumiu posição de confronto deliberado, movido por uma ala do Centrão liderada pelos presidentes do PP, Ciro Nogueira, e do União Brasil, Antônio Rueda. Ambos tentam

impor ao governo derrotas estratégicas e, simultaneamente, criar mecanismos legislativos de contenção da Polícia Federal e blindagem dos parlamentares enrolados nos inquéritos sobre desvio de verbas de emendas parlamentares, que correm sob sigilo de justiça no Supremo Tribunal Federal (STF).

A percepção de que as operações da PF poderiam avançar sobre políticos, governadores e fundos de previdência controlados por políticos do Centrão gerou a forte reação da Câmara, com uma narrativa política legitimadora centrada na segurança pública. Foi assim que o PL Antifacção tornou-se o grande pomo da discórdia. Derrite havia dado uns três dribles a mais, mas recuou após forte reação técnica e pressão pública para o que era essencial do ponto de vista da oposição: deixar os crimes de colarinho-branco fora do endurecimento das penas e destinar parte do orçamento da segurança pública para os estados, em vez da Polícia Federal.

Diante desse desfecho, a alternativa do governo é mitigar o projeto no Senado, cujo presidente, senador Davi Alcolumbre (União-AP), escolheu o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), um oposicionista moderado, para relatar o texto.